



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ERECHIM
PREFEITURA MUNICIPAL

Praça da Bandeira, 354
Fone: 54 520 7000
99700-000 Erechim – RS

PROJETO DE LEI nº 020/2002.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL A CONCLUIR A INFRA-
ESTRUTURA DO LOTEAMENTO COPAS
VERDES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a concluir a infra-estrutura do Loteamento Copas Verdes, localizado na Secção Dourado, neste Município.

Art. 2º - O Município buscará ressarcir-se dos valores gastos na complementação da infra-estrutura junto à Empresa Urbanizadora responsável pelo empreendimento, através de medidas judiciais e/ou extrajudiciais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas através das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: 11.02.17.512.065.2.058.4490.51.00.00

11.02.26.451.071.1.003.4490.51.00.00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, 21 DE MARÇO DE 2002.

ELOI JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ERECHIM
PREFEITURA MUNICIPAL

Praça da Bandeira, 354
Fone: 54 520 7000
99700-000 Erechim – RS

Of. Cam. nº 028/2002

Erechim, 21 de março de 2002.

Senhor Presidente:

Encaminhamos-lhe, em regime de urgência urgentíssima, Projeto de Lei nº **020/2002, que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCLUIR A INFRA-ESTRUTURA DO LOTEAMENTO COPAS VERDES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Na oportunidade, subscrevemo-nos, com apreço e consideração.

ELOI JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Vereador JOÃO ROSALINO BRISOTTO
D.D. Presidente do Poder Legislativo
NESTA CIDADE.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ERECHIM
PREFEITURA MUNICIPAL

Praça da Bandeira, 354
Fone: 54 520 7000
99700-000 Erechim – RS

JUSTIFICATIVA

O Loteamento **COPAS VERDES**, implementado pela empresa **URBANIZADORA J. MEDEIROS LTDA.**, foi aprovado em 21.09.1983, sob a égide da Lei Municipal nº 1.735/81, na qual constava, em seu artigo 12 e incisos, a obrigatoriedade do loteador construir a infra-estrutura geral do empreendimento, sem ônus para o Município

O art. 13 da mesma lei determinava a elaboração de um **TERMO DE COMPROMISSO** assinado pelo proprietário do loteamento, no qual se comprometia com as obras de urbanização e dava em caução lotes hipotecados à Prefeitura Municipal no valor correspondente às obras urbanísticas a serem implementadas.

Assim, 100 (cem) lotes foram hipotecados ao Município.

Todavia, o empresário alienou quase a totalidade dos imóveis, sem a anuência do Município, inclusive os hipotecados, através de instrumentos de Promessa de Compra e Venda, cujos cessionários já tomaram posse dos bens prometidos. Dos cem imóveis hipotecados em garantia, apenas 4 (quatro) encontram-se, hoje, liberados.

Para complicar, a Empresa Urbanizadora deixou de existir **de fato**, pois que não tem mais sede determinada e seu responsável não reside mais nesta cidade, nem neste Estado.

Em reunião com a Promotoria Pública da Comarca de Erechim, realizada em 26.07.2001, ficou salientado o posicionamento daquele órgão público de que os adquirentes de lotes daquele loteamento não têm o dever de pagar pelas obras de infra-estrutura ainda não implementadas.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ERECHIM
PREFEITURA MUNICIPAL

Praça da Bandeira, 354
Fone: 54 520 7000
99700-000 Erechim – RS

Por sua vez, o Município de Erechim localizou o Sr. Jorge Medeiros, sócio-gerente da Urbanizadora J. Medeiros, na cidade de Campo Grande-MS., e o notificou, através de Notificação Extrajudicial, levada a efeito pelo 4º Serviço Notarial e Registral de Títulos e Documentos daquela Comarca, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento daquela notificação, dar cumprimento na integralidade das obrigações assumidas junto ao Município de Erechim, com referência ao dito Loteamento, sob pena de o Município concluir as obras urbanísticas pendentes, sob suas expensas, ressarcindo-se, posteriormente, pelos meios disponíveis contratuais, inclusive através de medidas judiciais cabíveis. Transitou aquele prazo *in albis*, pois o Sr. Jorge Medeiros não se pronunciou, nem se manifestou direta ou indiretamente sobre aquela notificação, dando liberdade ao Município complementar a infra-estrutura faltante.

Como a complementação urbanística demanda despesa pública imediata, mesmo que seja possível seu ressarcimento futuro, há necessidade de autorização do Poder Legislativo, a fim de satisfazer a Lei de Responsabilidade Fiscal em vigor.

Daí porque, o encaminhamento do presente Projeto de Lei.

ERECHIM/RS., 21 DE MARÇO DE 2002.

ELOI JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal